

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Vitorino Júnior – PP
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR**
- 2 – ATA**
 - 2.1 – Comissão
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PSD)

*Adalclever Lopes

Adriano de Almeida Alvarenga (PP)

*Adriano Alvarenga

Alberto Pinto Coelho Neto (PV – Federação Brasil da Esperança – PT-PCdoB-PV)

*Betinho Pinto Coelho

Alessandra Diniz Portela Silveira (PL)

*Alê Portela

Amanda Caroline Teixeira Dias (PL)

*Amanda Teixeira Dias

Ana Carolina Pinto Caram Guimarães (AVANTE)

*Carol Caram

Ana Paula Siqueira (REDE – Federação Psol-Rede)

*Ana Paula Siqueira

Andréia de Jesus Silva (PT – Federação Brasil da Esperança – PT-PCdoB-PV)

*Andréia de Jesus

Antônio Carlos Arantes (PL)

*Antonio Carlos Arantes

Arlen de Paulo Santiago Filho (AVANTE)

*Arlen Santiago

Arnaldo Silva Júnior (UNIÃO)

*Arnaldo Silva

Beatriz da Silva Cerqueira (PT – Federação Brasil da Esperança – PT-PcdoB-PV)

*Beatriz Cerqueira

Bruno de Castro Engler Florencio de Almeida (PL)

*Bruno Engler

Carlos Henrique Alves da Silva (REPUBLICANOS)

*Carlos Henrique

Carlos Henrique Coelho de Campos (PL)

*Coronel Henrique

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

*Carlos Pimenta

Cássio Antônio Ferreira Soares (PSD)

*Cassio Soares

Charles dos Santos (REPUBLICANOS)

*Charles Santos

Chiara Teixeira Biondini (PP)

*Chiara Biondini

Christiano Augusto Xavier Ferreira (PSD)

*Delegado Christiano Xavier

Cleiton de Oliveira (PV – Federação Brasil da Esperança – PT-PcdoB-PV)

*Professor Cleiton

Cristiano Caporezzo Araújo Pires Ferreira (PL)

*Caporezzo

Cristiano Tadeu da Silveira (PT – Federação Brasil da Esperança – PT-PcdoB-PV)

*Cristiano Silveira

Doorgal Gustavo Sad Lafayette de Andrada (PRD)

*Doorgal Andrada

Eduardo Henrique de Azevêdo (PL)

*Eduardo Azevedo

Elismar Fernandes Prado (PSD)

*Elismar Prado

Enes Cândido Damacena Júnior (REPUBLICANOS)

*Enes Cândido

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PSD)

*Gil Pereira

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (PSD)

*Gustavo Valadares

Gustavo de Vasconcellos Moreira (PL)

Gustavo Santana

Ioannis Konstantinos Grammatikopoulos (MOBILIZA)

*Grego da Fundação

Ione Maria Pinheiro (UNIÃO)

*Ione Pinheiro

Isabella Gonçalves Miranda (PSOL – Federação Psol-Rede)

*Bella Gonçalves

Jean Mark Freire Silva (PT – Federação Brasil da Esperança – PT-PcdoB-PV)

*Doutor Jean Freire

João Bosco (CIDADANIA – Federação PSDB-Cidadania)

*Bosco

João Lúcio Magalhães Bifano (MDB)

*João Magalhães

João Vítor Xavier Faustino (CIDADANIA – Federação PSDB-Cidadania)

*João Vítor Xavier

José Célio de Alvarenga (PCdoB – Federação Brasil da Esperança – PT-PcdoB-PV)

*Celinho Sintrocel

José Guilherme Ferreira Filho (PP)

*Zé Guilherme

José Laviola Neto de Lira (NOVO)

*Zé Laviola

Leandro Andrade Genaro Oliveira (PSD)

*Leandro Genaro

Leonídio Henrique Correa Bouças (PSDB – Federação PSDB-Cidadania)

*Leonídio Bouças

Lohanna Souza França Moreira de Oliveira (PV – Federação Brasil da Esperança – PT-PCdoB-PV)

*Lohanna

Lucas Lasmar de Moura Costa Resende (REDE – Federação Psol-Rede)

*Lucas Lasmar

Ludimila Fonseca Azevedo Falcão (PODE)

*Lud Falcão

Luiz Antônio da Silva (PT – Federação Brasil da Esperança – PT-PcdoB-PV)

*Luizinho

Luiz Tadeu Martins Leite (MDB)

*Tadeu Leite

Macaé Maria Evaristo dos Santos (PT – Federação Brasil da Esperança – PT-PCdoB-PV)

*Macaé Evaristo

Marcos Joseraldo Lemos (PT – Federação Brasil da Esperança – PT-PcdoB-PV)

*Marquinho Lemos

Maria Clara Matos Marra (PSDB – Federação PSDB-Cidadania)

*Maria Clara Marra

Marilene Alves de Souza (PT – Federação Brasil da Esperança – PT-PcdoB-PV)

*Leninha

Mário Henrique da Silva (PV – Federação Brasil da Esperança – PT-PcdoB-PV)

*Mário Henrique Caixa

Marli Ferreira da Silva (PL)

*Marli Ribeiro

Mauricio Lemes de Carvalho (NOVO)

*Dr. Maurício

Mauro Henrique Tramonte (REPUBLICANOS)

*Mauro Tramonte

Nacib Duarte Bechir (PSD)

*Duarte Bechir

Nayara Rocha Perdigão Lara (PP)

*Nayara Rocha

Neilando Alves Pimenta (PSB)

*Neilando Pimenta

Noraldino Lúcio Dias Júnior (PSB)

*Noraldino Júnior

Oscar Lisandro Teixeira (PP)

*Oscar Teixeira

Paulo Valdir Ferreira (PRD)

*Doutor Paulo

Rafael Martins de Souza (PSD)

*Rafael Martins

Raul José de Belém (CIDADANIA – Federação PSDB-Cidadania)

*Raul Belém

Ricardo Augusto da Costa Campos (PT – Federação Brasil da Esperança – PT-PcdoB-PV)

*Ricardo Campos

Roberto Cupolillo (PT – Federação Brasil da Esperança – PT-PcdB-PV)

*Betão

Roberto Dias de Andrade (PRD)

*Roberto Andrade

Rodrigo Aparecido Lopes (UNIÃO)

*Rodrigo Lopes

Rubens Gonçalves de Brito (AVANTE)

*Bim da Ambulância

Sheila Aparecida Pedrosa de Mello (PL)

*Delegada Sheila

Thiago Felliipe Motta Cota (PDT)

*Thiago Cota

Tito Bruno Miranda Torres Duarte (PSD)

*Tito Torres

Ulysses Gomes de Oliveira Neto (PT – Federação Brasil da Esperança – PT-PcdB-PV)

*Ulysses Gomes

Vitório Filho Ribeiro (PP)

*Vitório Júnior

Washington Fernando Rodrigues (PL)

*Sargento Rodrigues

Wendel Cristiano Soares de Mesquita (SOLIDARIEDADE)

*Professor Wendel Mesquita

Whelton Pimentel de Freitas (PT – Federação Brasil da Esperança – PT-PcdB-PV)

*Leleco Pimentel

Wilson Roberto Batista (PSD)

*Doutor Wilson Batista

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

– Publicada em atendimento ao disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.



ATA

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/11/2023

Às 14h44min, comparecem à reunião os deputados Oscar Teixeira, Coronel Henrique e João Junior, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Oscar Teixeira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos

membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 920/2023, em turno único, do qual avocou a si a relatoria (relator: deputado Oscar Teixeira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.919/2022. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.340/2023, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência de convidados para entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o grupo de estudos aeroespaciais Orbi, criado por alunos do curso de engenharia aeronáutica da PUC Minas, pela conquista do 3º lugar na modalidade prática da Olimpíada Brasileira de Satélites do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, que brilhantemente representou a juventude mineira nessa importante olimpíada do conhecimento;

nº 5.673/2023, do deputado Oscar Teixeira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que sejam ministrados cursos às associações esportivas do Norte de Minas com o objetivo de capacitar seus integrantes quanto aos mecanismos de fomento ao esporte e às suas formas de utilização;

nº 5.674/2023, do deputado Oscar Teixeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o processo de aquisição de materiais para a prática esportiva nas escolas estaduais e sobre a existência de recursos específicos para esse fim;

nº 5.691/2023, da deputada Lud Falcão, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Esporte Clube Mamoré pela conquista do acesso ao Módulo II do Campeonato Mineiro de Futebol em 2024;

nº 5.843/2023, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência de convidados para a entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações formulados em atenção ao Requerimento nº 4.604/2023.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2023.

Oscar Teixeira, presidente – Mário Henrique Caixa – Coronel Henrique – João Junior.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Locais visitados: Escola Estadual Presidente Dutra e Escola Estadual Ana de Carvalho Silveira – Belo Horizonte

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 20.664/2026, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, em 13/4/2026, a Escola Estadual Presidente Dutra, situada na Rua Carlos Tomoyose, s/n, Bairro Horto, e a Escola Estadual Ana de Carvalho Silveira, situada na Av. Dom Leme, 235, Bairro Silveira, ambas em Belo Horizonte, para que sejam verificados os investimentos realizados em infraestrutura, considerando que as unidades estão previstas no Edital de Concorrência Internacional nº 1/2026, pois o modelo de Parceria Público-Privada propõe a substituição da gestão e operação de parte dos serviços atualmente executados diretamente pela gestão das escolas estaduais.

Participou das visitas a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. Acompanharam a visita à Escola Estadual Presidente Dutra: Pedro Eduardo Pereira, diretor; Margarete de Fátima Leite Batista, vice-

diretora; e Sílvia Adriano Gontijo dos Santos, vice-diretor. Acompanharam a visita à Escola Estadual Ana de Carvalho Silveira: Marciano de Freitas Gomes, diretor; Fernanda Ferreira, supervisora. Também esteve presente na visita às duas unidades escolares Idalina Franco de Oliveira, diretora estadual do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – SindUTE/MG.

Contexto

As visitas ora relatadas foram o passo inicial do planejamento de verificação *in loco* dos resultados dos investimentos realizados em infraestrutura, manutenção, equipamentos e mobiliário das escolas selecionadas para integrar um projeto de parceria público-privada de iniciativa do governo do Estado, cujo objeto é a concessão administrativa para serviços de reforma, conservação, manutenção, gestão e operação de serviços não pedagógicos de 95 unidades educacionais da rede estadual de ensino, nos termos da Concorrência Internacional nº 1/2026.

As informações coletadas nas visitas serão registradas em relatórios parciais, que, em conjunto com outros elementos considerados relevantes pela comissão, subsidiarão o relatório final de avaliação sobre o referido projeto de parceria público-privada – PPP.

A finalidade essencial da realização das visitas programadas pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia com foco na estrutura educacional das escolas incluídas na PPP é averiguar as condições concretas de funcionamento dessas unidades, de modo a permitir a apreensão fidedigna de sua realidade em face das características da correspondente oferta educacional e da comunidade escolar. Trata-se, portanto, de procedimento indispensável para aferir se há consistência nos diagnósticos feitos pelo governo do Estado para embasar o leilão das 95 escolas estaduais.

O projeto em questão fundamenta-se na Política de Concessões e Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais, instituída pelo Decreto nº 48.670, 2023, tendo sido estruturado tecnicamente ao longo de 2024 e 2025, com a realização de estudos de viabilidade e modelagem econômico-financeira. Na sequência, consolidaram-se as diretrizes do empreendimento, tendo sido publicado o edital no início de 2026, etapa que marcou a abertura formal do procedimento licitatório e a transição do projeto do plano conceitual para a fase executiva. A concorrência está sendo operacionalizada por meio de leilão público, com critério de julgamento baseado na menor contraprestação pública, segundo o seu regramento.

A PPP, que se destina à gestão de parte da infraestrutura e de serviços das 95 unidades escolares da rede estadual, compreende 34 municípios, incluindo-se, ainda, a possibilidade de construção de três novas escolas. O escopo contratual abrange atividades relacionadas a reformas, conservação e manutenção predial, bem como à gestão e operação de serviços, tais como limpeza, vigilância, tecnologias de informação, conectividade, atendimento à população e outros serviços concernentes ao funcionamento das unidades. A atividade pedagógica está formalmente excluída do objeto da parceria, mantendo-se sob a responsabilidade direta do Estado, segundo os documentos orientadores da licitação.

O objeto da licitação foi estruturado de forma agregada, com organização das 95 unidades escolares em um lote global, que se subdivide em sublotes. Foi definido o Sublote 1, composto por 34 unidades escolares, localizadas na Região Norte do Estado, e o Sublote 2, composto por 61 unidades escolares localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. As escolas são ainda classificadas por elemento indicador de grupo de unidades com características comuns quanto ao regramento arquitetônico. As duas escolas visitadas são enquadradas na Tipologia D, que, segundo o glossário contido no Anexo 1 do edital da concorrência, se caracteriza resumidamente por escola com três blocos com dois pavimentos e um bloco com quadra coberta, com estrutura em concreto armado.

Além disso, as escolas foram classificadas em categorias técnicas, conforme o tipo e a abrangência das intervenções previstas. Conforme se depreende do conjunto de documentos da concorrência, cada escola é enquadrada em uma categoria tipológica e essa categoria determina o conjunto de intervenções obrigatórias. De acordo com o Relatório de Engenharia e Arquitetura o projeto referencial denominado Projeto Modelo serviu como base técnica e arquitetônica para a definição das reformas e adequações das

escolas incluídas na PPP Educacional. O uso desse modelo, segundo o documento, “visa assegurar que as intervenções estejam alinhadas aos padrões de projeto e desempenho estabelecidos pelo Estado de Minas Gerais, garantindo a funcionalidade, segurança, eficiência operacional e uniformidade construtiva entre as escolas reformadas”. Os documentos não expõem uma descrição detalhada e individualizada das necessidades de cada escola. Como o plano de intervenção é padronizado pela categoria, não é possível verificar quais obras e serviços específicos serão executados nas escolas visitadas.

Sob o ponto de vista econômico e de extensão contratual, o empreendimento é bastante expressivo, com investimento pelo governo do Estado de cerca de R\$5,1 bilhões e prazo de vigência de 25 anos. A estrutura financeira do contrato distribui-se entre investimentos iniciais em obras, estimados entre R\$1bilhão e R\$1,25 bilhão, e os custos associados à operação e à prestação de serviços ao longo da execução contratual se situam entre R\$3,5 bilhões e R\$3,9 bilhões.

Sobre o cronograma licitatório, o edital foi publicado em janeiro de 2026, estabelecendo-se o prazo para entrega das propostas em 25 de março do mesmo ano, com a realização do leilão no dia 30 de março, na bolsa de valores B3, em São Paulo. O certame foi então estruturado sob a forma da Concorrência Internacional nº 001/2026, vencido por um consórcio liderado pelo fundo de investimento em infraestrutura IG4 Capital, associado a parceiros financeiros ligados ao BTG Pactual. O contrato ainda depende de etapas subsequentes, como habilitação final, adjudicação formal, homologação e assinatura.

A remuneração do concessionário é composta por uma parcela fixa, associada à disponibilidade da infraestrutura e ao cumprimento das condições mínimas de operação, que representa 70 a 80% do valor remunerado, e uma parcela variável, condicionada ao desempenho na prestação dos serviços. Conforme o Anexo E dos documentos editalícios, os serviços de manutenção a serem executados pela concessionária serão avaliados por verificador independente, considerando o uso de indicadores de desempenho, com a apuração, cálculo e aplicação da denominada Nota de Desempenho das Escolas – NDE –, calculada a partir de índices que refletem a qualidade da manutenção e demais serviços realizados, bem como de sua disponibilidade e satisfação dos usuários. A NDE opera como fator de ajuste da contraprestação pública, vinculando o pagamento devido ao concessionário ao nível de qualidade entregue na prestação dos serviços. No entanto, o Índice de Grau de Satisfação com os Serviços, que se baseia na percepção da comunidade escolar, a qual teria maior legitimidade para avaliar a qualidade dos serviços prestados, na condição de usuários finais desses serviços, tem o peso de apenas 10% na composição da nota.

Importa mencionar que, de acordo com o edital, há garantias de pagamento independentemente da qualidade da prestação de serviços executados pelo concessionário. Este tem a garantia de recebimento da totalidade dos gastos de capital, no valor de R\$8.493.000,00, e de, no mínimo, 85% dos gastos operacionais, que representam R\$11.778.000,75, totalizando R\$20.271.000,75 de remuneração por mês.

Além da modalidade de remuneração pela Nota de Desempenho das Escolas, há o Bônus por Desempenho Excepcional, cuja atribuição considera a obtenção de determinado percentual do Índice de Apoio ao Desenvolvimento Educacional – Iade. Tal índice é calculado a partir da avaliação e ponderação de indicadores de desempenho e aprendizagem e de fluxo e permanência escolar, cujas fontes de dados são o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb – ou avaliação equivalente, o Censo Escolar e registros administrativos da Secretaria de Estado de Educação. Note-se que essa forma de bonificação ao concessionário se baseia em resultados de natureza pedagógica e não há qualquer evidência prévia de que a prestação de serviços administrativos e de manutenção possam impactar resultados educacionais, como o rendimento dos alunos em avaliações, as taxas de aprovação, a redução da distorção idade-série ou o aumento da frequência escolar. Isso quer dizer que o concessionário privado poderá ser remunerado indiretamente pelos resultados pedagógicos da oferta educacional pública, que está fora do escopo de sua atuação.

Feitas essas considerações, pode-se afirmar que o leilão foi concluído e produziu resultados no plano administrativo, mas a estabilidade jurídica do contrato não está consolidada, em razão de possível atuação dos órgãos de controle externo em curso. O desenvolvimento do processo não se dá de forma isenta de controvérsias: de um lado, o governo sustenta que a parceria visa

aprimorar a infraestrutura das escolas, racionalizar procedimentos administrativos e permitir que as equipes pedagógicas se concentrem nas atividades educacionais propriamente ditas. De outro, entidades sindicais, integrantes das comunidades escolares e movimentos sociais argumentam que o modelo pode configurar uma forma de privatização indireta da escola pública, além de ensejar riscos de interferência na dimensão pedagógica e comprometimento da autonomia de gestão da escola, representando uma transferência indevida de responsabilidades estatais para a iniciativa privada. Outras questões que fundamentam as contestações são a proteção de dados pessoais de estudantes, a preservação do princípio da gestão democrática do ensino e alegações de insegurança jurídica do modelo adotado.

Registram-se também mobilizações de trabalhadores da educação, evidenciando a resistência de segmentos relevantes da comunidade escolar ao projeto, especialmente em face da possibilidade da perda de postos de trabalho atualmente ocupados por servidores públicos contratados pelo Estado para empregados contratados pela empresa concessionária, durante um prazo de 25 anos. Levantamentos preliminares demonstram que 1.934 auxiliares de serviços de educação básica perderão seus postos de trabalho, sendo 475 em Montes Claros, 133 em Januária, 358 na jurisdição da SRE Metropolitana A, 648 na Metropolitana B e 328 na Metropolitana C.

Em março de 2026, foi protocolada no Tribunal de Contas do Estado – TCE-MG – Representação com Pedido de Medida Cautelar, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, solicitando a suspensão imediata do Edital de Concorrência Internacional nº 1/2026, a realização de auditoria ou outro instrumento de fiscalização para avaliar a regularidade do procedimento licitatório, bem como dos atos que o antecederam, e, no mérito, que seja confirmada a medida cautelar e determinada a anulação do edital. A representação considera uma série de inconsistências no documento, comprometimentos de ordem constitucional e legal e afronta aos princípios do interesse público e da economicidade na administração pública, haja vista a previsão de realização de investimentos vultosos e, muitas vezes, desnecessários em escolas que já vêm recebendo recursos suficientes para infraestrutura em períodos recentes. Em síntese, prevê-se uma remuneração bilionária para que um parceiro privado execute obras não prioritárias e realize serviços pelos quais a gestão da própria escola já se responsabiliza, no âmbito de sua autonomia administrativa e financeira, garantida pelo art. 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 1996.

Integrando os trabalhos de acompanhamento e avaliação da proposta de parceria público-privada, foi realizada, em 6/5/2026, audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia com o objetivo de debater os impactos do Edital de Concorrência Internacional nº 1/2026, que trata da concessão administrativa da reforma, conservação, manutenção e operação de serviços não pedagógicos em 95 unidades da rede pública estadual de ensino.

No debate, parlamentares e movimentos sociais criticaram o alto custo total do projeto e questionaram a lógica de repassar os recursos a fundos de investimento em vez de aplicá-los diretamente nas escolas. Segundo os dados apresentados, muitas escolas selecionadas para o leilão receberam vultosos investimentos públicos recentemente para obras e equipamentos, tornando questionável a necessidade da concessão para essas unidades específicas. Representantes do Sind-UTE e da Associação de Inspectores Escolares manifestaram preocupação com o destino de 1.934 auxiliares de serviços de educação básica, que exercem funções de limpeza e manutenção, cujos postos de trabalho serão assumidos pela concessionária, o que pode gerar demissões em massa e precarização salarial.

Representantes do Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público de Contas presentes na reunião informaram que o processo referente à PPP está sob análise técnica sigilosa e reforçaram que a complexidade de um contrato desse porte exige mecanismos rigorosos de fiscalização e transparência. Até o momento, não há decisões do Tribunal de Contas sobre as representações que questionam diversos aspectos do contrato mencionadas neste tópico.

Ressalta-se, por fim, que as 95 unidades escolares não foram previamente consultadas acerca de sua inclusão no projeto antes do leilão e que, mesmo após sua realização, não haviam ocorrido, até então, reuniões com as equipes escolares para apresentação ou discussão das mudanças decorrentes da parceria.

Diante desse panorama, este relatório registra as condições observadas na primeira e segunda escolas visitadas nessas ações de fiscalização.

Relato

Visita à Escola Estadual Presidente Dutra

O diretor da escola, Pedro Eduardo Pereira, a vice-diretora Margarete de Fátima Leite Batista, e o vice-diretor Sílvio Adriano Gontijo dos Santos receberam os participantes da visita às 10h na entrada da escola. A unidade originou-se a partir da Escola Polivalente do Horto, fundada em 1971, passando a denominar-se Escola Estadual Presidente Dutra em 1985. Segundo informações repassadas pelos gestores, a escola conta atualmente com 426 alunos matriculados no ensino médio em tempo integral e oferece seis cursos técnicos de nível médio. A jornada diária de estudo dos alunos é compreendida entre 7h e 16h40min.

Após a explanação da deputada Beatriz Cerqueira acerca dos objetivos da visita, o diretor e os vice-diretores da escola conduziram os participantes às dependências da escola, fornecendo as informações solicitadas. A edificação da unidade é dividida em dois blocos, mais um terceiro em fase de construção. A escola tem 17 salas de aula, cozinha e refeitório, laboratório de informática, laboratório compartilhado provisoriamente pelas áreas de física, química e biologia (até a construção do terceiro bloco estar concluída), banheiros acessíveis, rampa de acesso aos níveis superiores do prédio, sala de reuniões, sala de professores, biblioteca, quadra poliesportiva coberta, campo gramado e estacionamento.

O prédio encontra-se em ótimo estado de conservação e todas as dependências são amplas e bem equipadas. A cozinha foi integralmente reformada em 2020 e conta com bancadas, equipamentos industriais, câmara fria (Foto 1) e despensa. A rampa (Foto 2), que garante acessibilidade física aos usuários, foi construída também em 2020. A quadra poliesportiva (Foto 3) foi reformada entre 2022 e 2023, mesmo período em que foram totalmente reformados os banheiros (Foto 4) e instalada a nova caixa d'água. A sala de professores dispõe de mobiliário e equipamentos novos, como bebedouro, TV, microondas, geladeira e escaninhos individuais. A biblioteca (Foto 5) é bastante ampla, tem um bom acervo e está equipada com 8 mesas de estudo, cadeiras e TV. Livros didáticos recentemente entregues estavam armazenados no espaço da biblioteca para distribuição aos alunos. No laboratório de informática há 21 computadores (Foto 6) e os estudantes presentes no momento da visita elogiaram a escola, reconhecendo tanto a qualidade da infraestrutura quanto a excelência do trabalho docente.



Foto 1 – Crédito: Alexandre Netto/ALMG



Foto 2 – Crédito: Alexandre Netto/ALMG



Foto 3 – Crédito: Alexandre Netto/ALMG



Foto 4 – Crédito: Alexandre Netto/ALMG



Foto 5 – Crédito: Alexandre Netto/ALMG



Foto 6 – Crédito: Alexandre Netto/ALMG

A seguir os participantes foram conduzidos pelo diretor às obras de construção do Bloco 3 (Fotos 7 e 8). Ele esclareceu que parte do prédio abrigará cinco salas de aula e três laboratórios para as áreas de multimídia, informática e segurança do trabalho. Foi construído recentemente também um novo espaço para reunião de pais e oferta de atendimento educacional especializado. O custo da obra do Bloco 3 é de aproximadamente R\$1,9 milhão e sua conclusão está prevista ainda para 2026.



Foto 7 – Crédito: Alexandre Netto/ALMG



Foto 8 – Crédito: Alexandre Netto/ALMG

Alunos e professores foram reunidos na quadra coberta para que opinassem a respeito do projeto de parceria público-privada no qual a escola foi incluída. Quando solicitados a se manifestar, os estudantes presentes se posicionaram contra o projeto, tendo em vista que, em sua avaliação, a Escola Estadual Presidente Dutra é uma instituição de excelência, muito bem estruturada, com ótima gestão e professores e funcionários dedicados. Segundo alegaram, não há nenhum sentido em privatizar a sua administração. Os profissionais da educação defenderam que a gestão da escola não pode ser responsabilidade de atores externos à sua realidade e que não conhecem as necessidades dos alunos e da sua comunidade. Por fim, o diretor da escola enfatizou que a gestão renova a cada dia seu compromisso de trabalhar com os alunos e que rechaça a interferência de entidades estranhas à escola em processos e decisões sobre assuntos de responsabilidade do próprio quadro de servidores, da forma como funcionou até hoje.

De acordo com o gestor, a taxa de participação dos alunos nas avaliações externas é de 99% e o excelente desempenho educacional da instituição revela o empenho e o comprometimento dos trabalhadores com a missão da escola, sendo mais uma das

razões para defender sua autonomia e demonstrar que ela não necessita de intervenções de fundos de investimentos de quaisquer natureza. Outro dado que atesta a alta qualidade da educação oferecida na escola, refletindo na permanência de seus alunos no ensino médio, é a regressão das taxas de abandono aferidas pelo Inep, que foram de 2,7%, em 2023; 1,2%, em 2024, chegando a 0% em 2025.

Pela averiguação *in loco*, restaram demonstradas as excelentes condições de funcionamento e da infraestrutura da escola, compatíveis, portanto, com o desenvolvimento do ensino médio em tempo integral. A regularidade dos repasses e o volume de recursos recebidos nos últimos anos pela caixa escolar, especialmente considerando a realização de despesas com obras e materiais de uso permanente, revelam que a gestão direta dos recursos públicos é exitosa e que a escola não necessita de intervenções significativas em sua infraestrutura que justifiquem a sua entrega para um fundo de investimento. Conforme os Termos de Compromisso celebrados com a caixa escolar da Escola Estadual Presidente Dutra, entre 2019 e fevereiro de 2026, os recursos recebidos para aquisição de equipamentos, mobiliário e outros materiais permanentes, bem como para realização de reformas e ampliações, somaram aproximadamente R\$3,3 milhões. Somente para reformas e ampliações os valores correspondem a aproximadamente R\$ 2,56 milhões.

Os serviços de manutenção geridos pela escola também atendem plenamente às necessidades dos estudantes e da comunidade escolar. O diretor da escola enfatiza, inclusive, que a própria gestão escolar é totalmente capaz de atender às demandas administrativas da escola.

Visita à Escola Estadual Ana de Carvalho Silveira

Os participantes da visita foram recebidos, por volta de 12h, pelo diretor da unidade, Marciano de Freitas Gomes, e pela supervisora Fernanda Ferreira, que conduziram a deputada Beatriz Cerqueira e demais acompanhantes às dependências da escola, após os esclarecimentos iniciais sobre as finalidades da visita.

Marciano Gomes informou que a Escola Estadual Ana de Carvalho Silveira foi fundada em 1967, oferece o ensino médio em tempo integral e os anos finais do ensino fundamental. Atualmente tem 230 alunos matriculados e os que estudam em tempo integral permanecem na escola durante nove horas diárias, sendo oferecidas quatro refeições/dia. Conforme afirmou o diretor, a escola se tornou bilíngue (português/inglês) em 2026 e o trabalho pedagógico desenvolvido tem sido bastante elogiado. A escola também tem parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai –, que possibilita para parte dos alunos estudar no turno da manhã na referida instituição e no turno da tarde na Escola Ana de Carvalho. Os cursos de educação profissional oferecidos são Mecatrônica e Informática.

No decorrer da visita, verificou-se que as salas de supervisão e de professores (Foto 9) são muito bem equipadas, com computadores, TV, impressoras, mesas, escaninhos, geladeira e banheiro. A sala de informática conta com 28 computadores para uso dos alunos e na sala de vídeo (Foto 10) foi instalada recentemente uma lousa eletrônica com recursos de interatividade. A escola também recebeu 40 *chromebooks* para uso dos alunos. A biblioteca é ampla e foi revitalizada há pouco tempo, dispondo de cinco mesas, TV e ventiladores. (Foto 11)



Foto 9 – Crédito: Alexandre Netto/ALMG



Foto 10 – Crédito: Alexandre Netto/ALMG



Foto 11 – Crédito: Alexandre Netto/ALMG

Chamou a atenção dos participantes da visita o grande número de conjuntos de carteiras empilhadas em áreas de circulação do prédio (Foto 12). Segundo a supervisora Fernanda Ferreira, a escola recebeu 250 conjuntos para reposição, mas muitas unidades deverão ser doadas, já que o número de móveis novos recebidos ultrapassam as demandas da escola.



Foto 12 – Crédito: Alexandre Netto/ALMG

A escola também dispõe de uma quadra poliesportiva coberta (Foto 13) e uma quadra de esportes de tamanho menor. A sala de recursos, utilizada por 21 alunos com deficiência, é muito bem montada.



Foto 13 – Crédito: Alexandre Netto/ALMG

O único ponto crítico da situação estrutural da Escola Estadual Ana de Carvalho Silveira é a área da cozinha e do refeitório (Foto 14). O espaço não comporta o fluxo de alunos nos horários das refeições, que é sempre intenso, já que a escola oferece quatro refeições diárias. Segundo o diretor, a cozinha data da fundação do prédio original e não foi reformada para suprir o aumento da demanda. Há apenas um acesso ao refeitório, o que causa grande retenção de alunos na entrada, atrasos e tumultos nos horários das refeições. Na visão do gestor, seria necessária uma reforma total, com a implementação de acessos de entrada e saída e ampliação do espaço.



Foto 14 – Crédito: Alexandre Netto/ALMG

O diretor mostrou-se insatisfeito com o excesso de trabalho e de tempo dispendido com as tarefas administrativas, especialmente as de natureza financeira, que oneram sobremaneira o trabalho de gestão da escola. Em relação a isso, manifestou esperança de que a transferência de responsabilidades para o concessionário possa aliviar a sobrecarga de trabalho. Nos aspectos

gerais relativos à infraestrutura e ao funcionamento do estabelecimento de ensino, sua opinião é de que, apesar de ser uma ótima escola, em muitos aspectos está longe do ideal, necessitando, portanto, de muitas melhorias.

Conclusão

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia concluiu que a finalidade das visitas foi devidamente cumprida, uma vez que pode verificar, em duas das escolas selecionadas para integrar o projeto de PPP que se pretende adotar na rede estadual, as características físicas dos prédios escolares, com seus recursos de infraestrutura, a dinâmica da oferta educacional, bem como o clima organizacional das instituições.

A visita à Escola Estadual Presidente Dutra revelou de forma inequívoca que o projeto de terceirizar a gestão de obras e serviços não apenas não atende aos anseios da comunidade escolar, como pode comprometer a autonomia da instituição e levar ao desperdício de recursos financeiros, tendo como resultado a ineficiência administrativa no sistema estadual de ensino. Não há como negar que, diante da excelência da infraestrutura da escola e da qualidade da educação lá oferecida, a transferência de responsabilidade sobre decisões e execução de obras e serviços para entes privados não é plausível sob nenhum pretexto.

Com relação à Escola Estadual Ana de Carvalho Silveira, as áreas da cozinha e refeitório são as únicas que requerem melhoria estrutural. O restante da infraestrutura escolar, os serviços de manutenção e administração da escola não apresentam déficits importantes que justifiquem a substituição das prerrogativas da escola em relação à sua gestão em favor de terceiros.

A sobrecarga de tarefas de cunho administrativo e financeiro, objeto de queixa do diretor, é um problema que atinge grande parte dos gestores escolares. A sobrecarga dos diretores decorre, em grande medida, de um desenho institucional da Secretaria de Estado de Educação, que concentra em uma única função responsabilidades pedagógicas, administrativas, financeiras, patrimoniais, burocráticas, além daquelas necessárias à manutenção das inter-relações com a comunidade escolar e a comunidade atendida pela escola. As soluções para essa sobrecarga podem ser encontradas por meio de simplificação regulatória, otimização de sistemas informatizados, incremento e valorização das equipes de secretários escolares e técnicos administrativos, entre outros recursos para minimizar o ônus das funções administrativas do cargo de direção, possibilitando aos titulares concentrar o tempo institucional nas funções que realcem a sua liderança de caráter pedagógico, sem a necessidade de privatização da gestão ou parte dela. As escolas visitadas demonstraram a plena capacidade e êxito da gestão própria.

Acompanham este relatório dois anexos em que constam tabelas elaboradas pelo mandato da deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, com os dados referentes ao repasse de recursos financeiros às caixas escolares das escolas visitadas, destinados a despesas com infraestrutura e manutenção, por ação orçamentária, no período de 2019 a 2025, tendo como fonte informações disponíveis no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2026.

Beatriz Cerqueira, relatora.

– Os anexos a que se refere o relatório de visita podem ser acessados por meio do *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/615/2/2615002.pdf>

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Locais Visitados: Escola Estadual Coração Eucarístico e Escola Estadual Isabel da Silva Polck – Belo Horizonte

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 20.663/2026, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, em 27/4/2026, a Escola Estadual Coração Eucarístico, situada no Bairro Vera Cruz, e a Escola Estadual Isabel da Silva Polck, situada no Bairro Palmares, ambas no Município de Belo Horizonte, para que fossem verificados os investimentos realizados em infraestrutura, considerando que as unidades estão previstas no Edital de Concorrência Internacional nº 1/2026, pois o modelo de Parceria Público-Privada propõe a substituição da gestão e operação de parte dos serviços atualmente executados diretamente pela gestão das escolas estaduais.

Participou das visitas a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. Acompanharam a visita à Escola Estadual Coração Eucarístico: Tiago da Silva Borges, diretor; e Marcília Teixeira Saraiva, representante do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE/MG. Acompanharam a visita à Escola Estadual Isabel da Silva Polck: Fabrícia Teixeira Moura, diretora; e Idalina Franco de Oliveira, diretora estadual do Sind-UTE/MG.

Contexto

As visitas ora relatadas integram o planejamento de verificação *in loco* dos resultados dos investimentos realizados em infraestrutura, manutenção, equipamentos e mobiliário nas escolas selecionadas para integrar o projeto de parceria público-privada de iniciativa do governo do Estado objeto da Concorrência Internacional nº 1/2026, cuja finalidade é a concessão administrativa para serviços de reforma, conservação, manutenção, gestão e operação de parte dos serviços das 95 unidades educacionais da rede estadual de ensino.

As informações coletadas nas visitas serão registradas em relatórios parciais, que, em conjunto com outros elementos considerados relevantes pela comissão, subsidiarão o relatório final de avaliação sobre o referido processo de parceria público-privada – PPP.

A finalidade essencial da realização das visitas programadas pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia com foco na estrutura educacional das escolas incluídas na PPP é averiguar as condições concretas de funcionamento dessas unidades, de modo a permitir a apreensão fidedigna de sua realidade em face das características da correspondente oferta educacional e da comunidade escolar. Trata-se, portanto, de procedimento indispensável para aferir se há consistência nos diagnósticos feitos pelo governo do Estado para embasar o leilão das 95 escolas estaduais. Essa verificação se mostra ainda mais relevante considerando que as unidades escolares não foram previamente consultadas sobre sua inclusão no projeto e que, até então, após o leilão, nenhuma reunião havia sido realizada com suas equipes.

O contexto geral da parceria foi apresentado no relatório da primeira visita, realizada em 13/4/2026. Este relatório registra as condições observadas na terceira e quarta escolas visitadas nessas ações de fiscalização.

Relato

Visita à Escola Estadual Coração Eucarístico

Na Escola Estadual Coração Eucarístico, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia foi recebida pelo diretor, Tiago da Silva Borges. A deputada Beatriz Cerqueira esclareceu que o objetivo da visita era verificar os investimentos realizados em infraestrutura na unidade e conhecer suas instalações. O diretor conduziu o grupo pelas dependências da escola, prestando as informações solicitadas.

A escola atende cerca de 160 estudantes, distribuídos entre o ensino médio em tempo integral, no período diurno, e o ensino médio regular, no período noturno. Atende ainda uma turma residual de 3º ano da Educação de Jovens e Adultos – EJA. A unidade oferece, também, o curso técnico de mecatrônica, no projeto Trilhas de Futuro nas Escolas, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai. Essa formação técnica atende 69 alunos do 1º e 2º anos do ensino médio em tempo integral, com aulas teóricas na escola e atividades práticas desenvolvidas na instituição parceira.

Tradicional no bairro, a escola mantém forte vínculo com a comunidade local, e é uma referência na região. O diretor assumiu a gestão em 2024, em um cenário de elevados índices de violência e muitos desafios pedagógicos. Segundo afirmou, com ações estruturadas nas áreas disciplinar e pedagógica, os episódios de violência foram eliminados e a participação em avaliações externas, como o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem –, aumentou, com melhora nos índices de aprendizagem. Em relação a taxa de abandono escolar, houve uma melhoria expressiva, passando de 22,6% em 2023 para 1,6% em 2025, de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep.

A estrutura física da escola é composta por dois blocos, em edificação antiga e verticalizada, característica que demanda atenção quanto à acessibilidade. Embora na entrada da unidade haja uma rampa (Foto 1), é necessário ampliar as condições de acessibilidade aos diferentes pavimentos da escola.



Foto 1 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

No Bloco 1, no pavimento superior, encontram-se a sala dos professores, a sala de jogos, a rádio escolar e um depósito. Fruto de investimento oriundo de emenda parlamentar, a sala de jogos é um ambiente de convivência dos estudantes do ensino médio integral, com videogames, televisão, jogos de tabuleiro, sinuca e pebolim (Fotos 2 e 3). A rádio escolar, também criada com recursos de emenda, dispõe de computador e sistema de som integrado à escola, e é utilizada pelos alunos durante os intervalos. O diretor informou que há previsão para instalar mesa para *podcast*, no âmbito de projeto pedagógico a ser desenvolvido pelos alunos, utilizando recursos também captados por meio de emenda parlamentar.



Foto 2 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG



Foto 3 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

No pavimento inferior do Bloco 1 localizam-se a secretaria, a biblioteca, a sala da coordenação pedagógica, a sala da direção e uma quadra esportiva coberta, adaptada ao espaço disponível no pátio da escola. A biblioteca foi instalada em 2024, com acervo novo e mobiliário adequado para leitura, como mesas, sofás e *puffs* (Foto 4). O espaço também dispõe de computadores e ventilador, servindo como ambiente de apoio às atividades pedagógicas.



Foto 4 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

O Bloco 2 concentra as salas de aula (Fotos 5 e 6), que apresentam o mesmo padrão, com ar-condicionado, projetor multimídia, ventilador, cortinas *blackout*, roteadores e mobiliário em bom estado de conservação. Também há armários tipo escaninho para os estudantes. Conforme informado pelo diretor, trata-se de melhorias recentes, viabilizadas por meio de emendas parlamentares, que contribuirão para qualificar as condições de permanência e aprendizagem dos alunos, especialmente no ensino médio em tempo integral.



Foto 5 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG



Foto 6 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

No nível inferior do Bloco 2, em área anteriormente subutilizada, foram criados, a partir de 2024, o laboratório de informática (Foto 7) e a sala multimídia (Fotos 8 e 9). O laboratório dispõe de computadores para uso dos estudantes. Já a sala multimídia conta com instrumentos musicais, projetor multimídia, computador e caixas de som. Esses espaços, já devidamente equipados, ampliam as possibilidades de desenvolvimento de atividades pedagógicas, tecnológicas e culturais na escola.



Foto 7 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG



Foto 8 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG



Foto 9 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

A unidade dispõe ainda de cozinha equipada e refeitório amplo (Foto 10). Quanto aos sanitários, há número reduzido de banheiros, com distribuição limitada entre os pavimentos; contudo, já foram captados recursos de emenda parlamentar para a construção de novos banheiros.

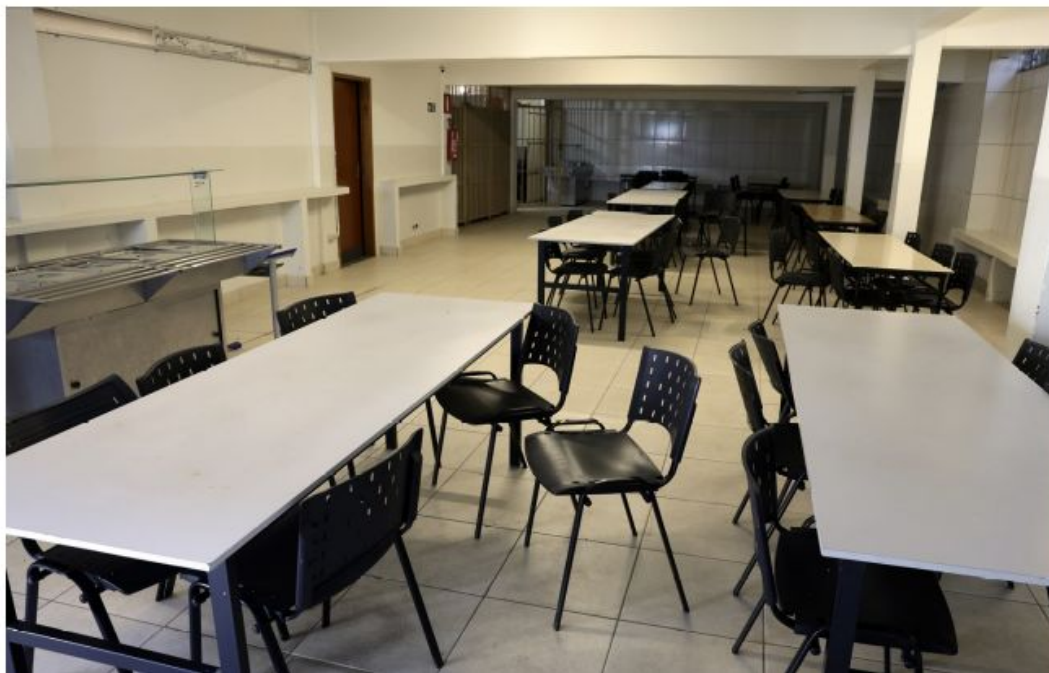


Foto 10 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

No que se refere à segurança e à conservação, a escola possui sistema de monitoramento por câmeras e passou por adequações importantes, como a reforma da rede elétrica e a elaboração de projeto de prevenção e combate a incêndio, com aquisição e instalação de extintores em todos os corredores.

Há previsão de nova quadra esportiva, que requer a construção de muro de arrimo para ser implantada. Os recursos para a implantação da quadra já estão em caixa escolar, mas os que serão destinados ao muro de arrimo aguardam liberação pela Secretaria de Estado de Educação há cerca de um ano. A escola finalizou, em dezembro de 2025, a análise das propostas recebidas nos processos licitatórios e comunicou o resultado à Superintendência Regional de Ensino Metropolitana A. No entanto, a pendência na liberação do recurso para o muro de arrimo, por parte da área central da Secretaria de Estado de Educação, tem impactado o cronograma de execução dos investimentos previstos para os equipamentos esportivos da escola.

A visita evidenciou avanços significativos na infraestrutura da Escola Estadual Coração Eucarístico nos últimos dois anos, especialmente com a aplicação de recursos de emendas parlamentares, que possibilitaram a aquisição de equipamentos, a adequação de espaços e a criação de ambientes mais atrativos e compatíveis com as necessidades do ensino médio em tempo integral, melhorando as condições de atendimento aos estudantes.

Visita à Escola Estadual Isabel da Silva Polck

Na Escola Estadual Isabel da Silva Polck, a comissão foi recebida por Fabrícia Teixeira Moura, diretora. A deputada Beatriz Cerqueira esclareceu os objetivos da visita e informou que a unidade era a quarta escola visitada entre as 95 selecionadas para o projeto de parceria público-privada da Concorrência Internacional nº 1/2026.

A escola atende 1.080 estudantes, nos turnos da manhã e da tarde. No período da manhã, são ofertadas turmas do ensino médio, com 550 alunos distribuídos em 16 turmas. No período da tarde, a unidade atende o ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, além de duas turmas residuais do 5º ano, totalizando 530 estudantes em 17 turmas. A escola conta com cerca de 100 funcionários, entre efetivos e contratados.

Com mais de 50 anos de funcionamento, a Escola Estadual Isabel da Silva Polck é uma unidade tradicional e bastante procurada pela comunidade da região, apresentando elevada demanda por vagas e turmas cheias. A diretora informou que ocupa o cargo desde 2023, após ter atuado como vice-diretora na gestão anterior.

A unidade está instalada em prédio amplo (Foto 11), composto por dois blocos com dois pavimentos, em terreno de grandes dimensões. A estrutura contém salas de aula, sala dos professores, biblioteca, laboratório de ciências, laboratório de informática, sala de artes, cozinha, pátio coberto com refeitório, pátios descobertos, estacionamento e duas quadras esportivas, além de sistema de câmeras de monitoramento e extintores de incêndio nos corredores.



Foto 11 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

Todas as salas de aula dispõem de televisão, cortinas *blackout* e carteiras em bom estado de conservação. A sala dos professores é equipada com micro-ondas, geladeira, mesa, sofás, escaninhos e computadores. A diretora informou que a escola também dispõe de *chromebooks* para uso dos professores. Na biblioteca (Fotos 12 e 13), há mesas de leitura, ventiladores, armários e mobiliário bem conservado. No momento da visita, o espaço também armazenava livros didáticos recentemente entregues, destinados à distribuição aos alunos.



Foto 12 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG



Foto 13 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

O laboratório de ciências tem mobiliário, televisão, ventilador de teto, cortinas e diversos materiais pedagógicos próprios da área (Foto 14). Segundo a diretora, o laboratório de informática é pequeno para o tamanho da escola, com 17 computadores em funcionamento. A unidade conta, ainda, com sala de artes, cozinha equipada e pátio coberto com mesas destinadas às refeições dos estudantes (Foto 15).



Foto 14 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG



Foto 15 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

Há na unidade duas quadras esportivas. A primeira encontra-se em obras, onde foram investidos aproximadamente R\$710 mil (Foto 16). A diretora informou que foram identificadas desconformidades entre o contrato firmado e os serviços executados, especialmente no banheiro para pessoa com deficiência, que não atende às normas técnicas aplicáveis. A empresa responsável já foi notificada para realizar as correções necessárias, e será formalizado o distrato para viabilizar nova contratação para conclusão da obra.



Foto 16 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

Quanto à segunda quadra (Foto 17), a diretora esclareceu que a escola já dispõe de recurso em conta para sua revitalização, com execução planejada para o recesso de julho, período com menos impacto no funcionamento escolar. Entre os serviços previstos estão a pintura emborrachada do piso, a troca do telhado e os reparos no alambrado.



Foto 17 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

Quanto à acessibilidade e aos recursos de inclusão, a escola dispõe de rampas entre o primeiro e o segundo pavimento, bem como rampa de acesso à quadra (Foto 18), o que amplia as condições de circulação no prédio e nos espaços externos da unidade.



Foto 18 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

A visita permitiu constatar que a Escola Estadual Isabel da Silva Polck dispõe de infraestrutura ampla e diversificada, com ambientes pedagógicos bem equipados para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Conclusão

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia concluiu que a finalidade das visitas foi devidamente cumprida, uma vez que foi possível verificar, em duas das escolas selecionadas para integrar o projeto de parceria público-privada a ser adotado na rede estadual, as características físicas dos prédios escolares, os recursos de infraestrutura disponíveis, a dinâmica da oferta educacional e aspectos relevantes da gestão cotidiana das unidades visitadas.

Ambas as unidades escolares visitadas dispõem de ambientes pedagógicos equipados, investimentos recentes na infraestrutura e melhorias em andamento ou já planejadas. No caso da Escola Estadual Coração Eucarístico, os avanços obtidos nos últimos dois anos, especialmente com recursos de emendas parlamentares, permitiram a criação e a qualificação de espaços para o atendimento aos estudantes. Na Escola Estadual Isabel da Silva Polck, a infraestrutura ampla e diversificada é adequada para o atendimento de grande número de alunos; também estão sendo realizados investimentos significativos nos espaços esportivos.

Os principais pontos de atenção identificados dizem respeito a necessidades específicas, como acessibilidade, ampliação ou adequação de banheiros, conclusão de obras já contratadas e liberação de recursos já destinados. Tais situações decorrem, em grande medida, da necessidade de fluxo regular de investimentos, suporte técnico adequado e maior eficiência administrativa por parte da administração central da Secretaria de Estado de Educação.

Nesse contexto, as dificuldades relacionadas à infraestrutura e à gestão cotidiana das unidades escolares parecem decorrer, em grande medida, de aspectos ligados à organização e ao suporte oferecido pela administração central. A concentração de atribuições pedagógicas, administrativas, financeiras, patrimoniais e burocráticas na direção escolar contribui para a sobrecarga dos gestores e reduz o tempo dedicado à liderança pedagógica. O enfrentamento dessas questões pode ser buscado pelo aprimoramento da própria gestão pública, mediante simplificação de procedimentos, melhoria dos sistemas informatizados, fortalecimento das equipes administrativas e ampliação do suporte técnico às escolas, sem que a transferência de atividades de gestão à iniciativa privada se apresente como condição necessária para alcançar maior eficiência.

Por fim, acompanham este relatório dois anexos com planilhas elaboradas pelo mandato da deputada Beatriz Cerqueira, com base em dados do Portal da Transparência MG consultados em abril de 2026, que demonstram o repasse de recursos financeiros às caixas escolares das escolas visitadas. O Anexo I contém a planilha referente à Escola Estadual Coração Eucarístico, que recebeu R\$1.752.899,06 entre 2019 e 2026, assim distribuídos: R\$284.762,35 para obras, R\$424.458,60 para aquisição de mobiliário e equipamentos, R\$997.759,93 para manutenção, custeio e conservação e R\$45.918,18 para conectividade. O Anexo II contém a planilha referente à Escola Estadual Isabel da Silva Polck, que recebeu R\$3.564.137,60 no mesmo período, sendo: R\$1.501.979,28 para obras, R\$425.618,00 para aquisição de mobiliário e equipamentos, R\$1.616.540,32 para manutenção, custeio e conservação e R\$20.000,00 para conectividade.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2026.

Beatriz Cerqueira, relatora.

– Os anexos a que se refere o relatório de visita podem ser acessados por meio do *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/615/439/2615439.pdf>

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Locais visitados: Escola Estadual Deputado Ilacir Pereira Lima e

Escola Estadual Flávio dos Santos – Belo Horizonte

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 20.658/2026, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, em 4/5/2026, a Escola Estadual Deputado Ilacir Pereira Lima, situada no Bairro Cachoeirinha, e a Escola Estadual Flávio dos Santos, situada no Bairro Concórdia, ambas no Município de Belo Horizonte, para que fossem verificados os investimentos realizados em infraestrutura, considerando que as unidades estão previstas no edital de

Concorrência Internacional nº 1/2026, pois o modelo de Parceria Público-Privado propõe a substituição da gestão e operação de parte dos serviços atualmente executados diretamente pela gestão das escolas estaduais.

Participou das visitas a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. Acompanharam a visita à Escola Estadual Deputado Ilacir Pereira Lima: Kelson Guimarães Magalhães Bueno, diretor; Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, e Idalina Franco de Oliveira, da direção estadual da mesma instituição. Acompanharam a visita na Escola Estadual Flávio dos Santos: Wanessa Soares da Silva, diretora, e Idalina Franco de Oliveira, já mencionada.

Contexto

As visitas ora relatadas integram o planejamento de verificação *in loco* dos resultados dos investimentos realizados em infraestrutura, manutenção, equipamentos e mobiliário nas escolas selecionadas para integrar o projeto de parceria público-privada – PPP – de iniciativa do governo do Estado, objeto da Concorrência Internacional nº 1/2026, cuja finalidade é a concessão administrativa para serviços de reforma, conservação, manutenção, gestão e operação de serviços não pedagógicos de 95 unidades educacionais da rede estadual de ensino.

As informações coletadas nas visitas serão registradas em relatórios parciais, que, em conjunto com outros elementos considerados relevantes pela comissão, subsidiarão o relatório final de avaliação sobre o referido processo de parceria público-privada – PPP.

A finalidade essencial da realização das visitas programadas pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia com foco na estrutura educacional das escolas incluídas na PPP é averiguar as condições concretas de funcionamento dessas unidades, de modo a permitir a apreensão fidedigna de sua realidade em face das características da correspondente oferta educacional e da comunidade escolar. Trata-se, portanto, de procedimento indispensável para aferir se há consistência nos diagnósticos feitos pelo governo do Estado para embasar o leilão das 95 escolas estaduais. Essa verificação se mostra ainda mais relevante considerando que as unidades escolares não foram previamente consultadas sobre sua inclusão no projeto e que, até então, após o leilão, nenhuma reunião havia sido realizada com suas equipes.

O contexto geral da parceria foi apresentado no relatório da primeira visita, realizada em 13/4/2026. Este relatório registra as condições observadas na quinta e na sexta escolas visitadas nessas ações de fiscalização.

Relato

Visita à Escola Estadual Deputado Ilacir Pereira Lima

O diretor da escola, Kelson Guimarães Magalhães Bueno, recebeu os participantes da visita na entrada da unidade e, após a explanação da deputada Beatriz Cerqueira acerca dos objetivos da fiscalização, conduziu os presentes pelas dependências da escola, prestando as informações solicitadas.

A unidade originou-se do Colégio São Marcos, instituição privada cujo edifício foi cedido ao Estado para instalação de escola estadual, em 1982. A escola passou a denominar-se Escola Estadual Deputado Ilacir Pereira Lima em 1986. Ambas as instituições compartilharam o espaço até 1992, quando ocorreu o encerramento das atividades da escola privada. Segundo informações do gestor, a unidade conta atualmente com 726 alunos matriculados no ensino médio e na Educação de Jovens e Adultos – EJA –, distribuídos nos três turnos de funcionamento.

A escola tem obtido êxito na atração de estudantes e desenvolvido um bom trabalho pedagógico, o que se reflete, sobretudo, na permanência dos alunos no ensino médio. Esse resultado é evidenciado pela expressiva redução das taxas de abandono aferidas pelo Inep: de 10% em 2023 para 6,2% em 2024, chegando a 0,7% em 2025.

A edificação é composta por dois blocos de três pavimentos. A escola tem quadra poliesportiva coberta com vestiários (Fotos 1 e 2), quadra descoberta, laboratório de informática, laboratório de ciências, biblioteca e 12 salas de aula, todas equipadas com televisão. A unidade passou por diversas intervenções estruturais ao longo dos anos:

– em 2010, ampliação da escola, construção do segundo bloco, construção da quadra poliesportiva, reforma do laboratório de informática e dos banheiros, além de melhorias no pátio, com instalação de mesas e bancos de concreto;



Foto 1 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

– em 2015, transferência da sala dos professores para o segundo andar, melhoria do acesso principal e da secretaria escolar e implantação do auditório (Foto 3);



Foto 2 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

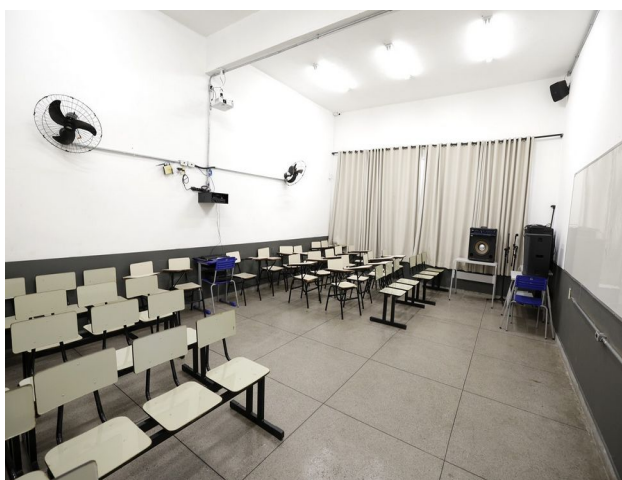


Foto 3 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

– em 2020, melhorias na rampa de acessibilidade para acesso aos andares das salas de aula (Fotos 4 e 5);



Foto 4 – Crédito: Luiz Rocha/ALMG



Foto 5 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

– em 2024, intervenção no refeitório com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE –, incluindo melhorias na despensa, instalação de ilhas, aquisição de maquinário e mobiliário (Fotos 6, 7, 8 e 9), além da reforma dos banheiros;



Foto 6 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG



Foto 7 – Crédito: Luiz Rocha/ALMG



Foto 8 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG



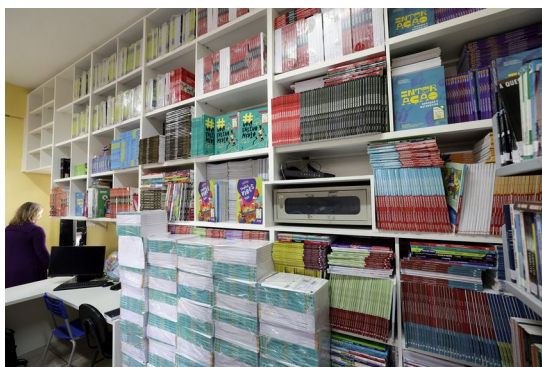
Foto 9 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

Todas as salas de aula contam com telas para projeção e ventilador (Foto 10).



Foto 10 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

A sala dos professores dispõe de mobiliário e equipamentos em bom estado de conservação. A biblioteca (Fotos 11 e 12) dispõe de bom acervo, e os livros didáticos recentemente entregues estavam no dia da visita prontos para distribuição aos estudantes. Segundo o diretor, a escola recebeu R\$70 mil para reestruturação e renovação do acervo da biblioteca, investimentos realizados nos anos de 2024 e 2025. A unidade também adquiriu recentemente equipamentos e materiais esportivos.



Fotos 11 e 12 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

O laboratório de informática (Foto 13) foi reformado em 2010. Em 2023, o espaço recebeu a denominação de Laboratório Luciano José Nogueira, em homenagem ao ex-diretor da escola, falecido em 2020.

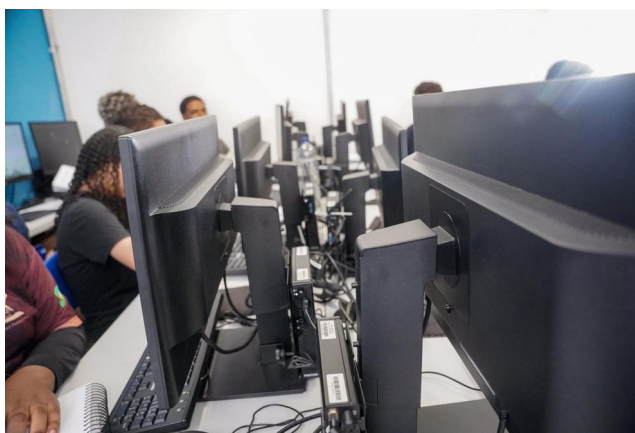


Foto 13 – Crédito: Luiz Rocha/ALMG

O diretor indicou os principais desafios estruturais da escola: a necessidade de reforma da rede elétrica do bloco antigo; a inadequação do banheiro masculino localizado no segundo andar, considerando a inexistência de elevador na unidade; e a necessidade de ampliação do refeitório, originalmente projetado para atender 700 estudantes, número inferior ao total de matrículas registrado nos últimos três anos, o que pode ser resolvido pela gestão direta da unidade, sem a necessidade da escola ser leiloadada.

Anexo a este relatório está um documento encaminhado pela direção da escola que ilustra as condições de infraestrutura da unidade antes e depois das intervenções mencionadas, bem como o planejamento elaborado pela própria equipe escolar para futuras melhorias.

Há previsão, em projeto aprovado e termo de compromisso firmado, de melhorias na quadra poliesportiva, com ampliação do espaço, instalação de refletores e bebedouros e recuperação dos vestiários, atualmente utilizados como depósito. Contudo, em razão da recente alteração da resolução que rege o funcionamento das caixas escolares, a direção da escola aguarda orientações da Secretaria de Estado de Educação acerca dos novos parâmetros para utilização de seus recursos antes de iniciar as obras.

Todas as intervenções realizadas na estrutura da escola decorreram de decisões construídas com participação da comunidade escolar. O diretor da unidade teme que a transferência da gestão do espaço para a iniciativa privada possa comprometer essa importante dimensão da gestão democrática, ao restringir a participação da comunidade nas escolhas relacionadas ao ambiente escolar. Sua preocupação é que as decisões estruturais passem a refletir prioritariamente interesses governamentais ou empresariais, em detrimento das necessidades efetivamente experimentadas pela comunidade escolar. O diretor relatou que representantes de empresas interessadas na concorrência visitaram a escola em 2023 e discutiram alternativas para ampliar o refeitório, cogitando a

possibilidade de construção do novo espaço na área atualmente ocupada pelo pátio da escola, o que poderia comprometer o espaço de convivência e socialização dos estudantes durante os intervalos.

Outro ponto de atenção é o volume de investimentos públicos já realizados na unidade nos últimos anos. Dados do Portal da Transparência MG consultados em abril de 2026 e consolidados na planilha que consta no Anexo II deste relatório, revelam que entre 2019 e 2025, a caixa escolar recebeu aporte total de R\$1.156.476,65. Desse valor, R\$229.975,13 foram destinados a obras, R\$262.842,00 foram usados para aquisição de mobiliário e equipamentos, R\$600.648,58 empregados na manutenção, custeio e conservação e R\$63.010,94 na conectividade. Além dos investimentos já realizados, os recursos destinados à reforma da quadra poliesportiva já se encontram disponíveis na caixa escolar. Segundo o gestor, a orientação do órgão central é dar continuidade à execução desses recursos, independentemente da eventual entrada do parceiro privado responsável pela PPP.

Quanto aos servidores atualmente contratados pelo Estado para serviços de conservação e limpeza, outro tema abordado, os participantes informaram que o modelo de leilão considera os auxiliares de serviços da educação básica meros prestadores de serviço, desvinculados do processo pedagógico, e apresentaram dúvidas sobre as condições de trabalho desses profissionais em eventual vínculo com a concessionária privada.

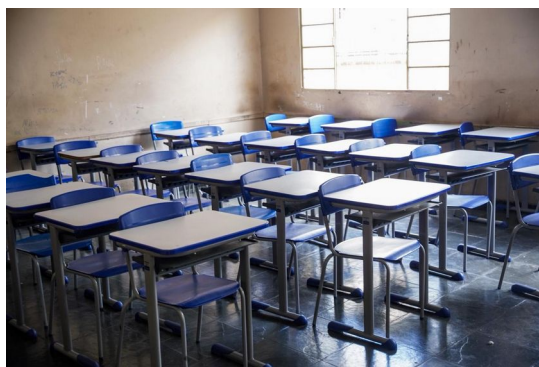
A coordenadora-geral do Sind-UTE/MG manifestou preocupação com os impactos da diferença de carga horária entre os profissionais atualmente vinculados ao Estado – cuja jornada é de 24 horas semanais, nos termos da Lei nº 15.293, de 2004 – e empregados contratados pela empresa concessionária, que poderiam cumprir jornadas de 40 horas. Assim, haveria profissionais na mesma função com remunerações e cargas horárias distintas. Sobre esse aspecto, a deputada Beatriz Cerqueira mencionou a experiência do Projeto Somar, que contou com participação de atores privados na gestão de três escolas estaduais e enfrentou problemas relacionados ao atraso de remunerações e ao recolhimento de contribuições previdenciárias dos trabalhadores envolvidos. A deputada também expressou preocupações quanto à falta de cobertura de assistência à saúde dos trabalhadores contratados pela concessionária, especialmente em relação ao acesso ao Ipsemg.

Em síntese, constatou-se que a Escola Estadual Deputado Ilacir Pereira Lima apresenta bom estado de conservação e dependências adequadamente equipadas. Observou-se também que a gestão escolar é fortemente pautada pelo princípio da gestão democrática, e há o temor de que a entrada de gestor privado possa restringir o exercício desse princípio no cotidiano da administração escolar. Por fim, os estudantes estão conscientes das possíveis implicações do projeto de PPP no cotidiano escolar e realizaram manifestação contrária à iniciativa em 24/3/2026.

Visita à Escola Estadual Flávio dos Santos

Inaugurada em 3/9/1926, a Escola Estadual Flávio dos Santos completa 100 anos de funcionamento em 2026. Atualmente, a escola atende 633 estudantes distribuídos nos três turnos, com oferta de ensino médio no período da manhã, ensino fundamental no período da tarde e Educação de Jovens e Adultos no período noturno.

A edificação é composta por quatro blocos distribuídos em dois pavimentos. No nível da rua, voltado para a Rua Jacuí, está o bloco administrativo, que abriga a diretoria, a secretaria, a sala dos professores, o laboratório de informática e a biblioteca. Ainda nesse pavimento, há três blocos com três salas de aula cada (Fotos 14 e 15), duas quadras – uma coberta e outra descoberta – e a cantina. No pavimento inferior, localizado abaixo do nível da rua, situam-se outros três blocos com três salas de aula cada, além do almoxarifado, depósito e laboratório de ciências.



Fotos 14 e 15 – Crédito: Luiz Rocha/ALMG

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia foi recebida pela diretora da unidade, Wanessa Soares da Silva, que conduziu os participantes pelas dependências da escola, inclusive a área externa (Fotos 16 e 17), prestando as informações solicitadas. Durante a visita, observou-se precariedade estrutural em diversos ambientes da escola. As paredes estão com a pintura descascada, há deficiências de iluminação e ventilação, algumas portas estão danificadas e parte das janelas e grades, desgastada pelo tempo. Embora algumas salas sejam amplas, há excesso de ruído nas que dão para a Rua Jacuí, via de trânsito intenso. Também foram constatadas fissuras e infiltrações em diversos espaços, incluindo salas de aula e ambientes administrativos.



Foto 16 e 17 – Crédito: Luiz Rocha/ALMG

A quadra coberta (Foto 18) ocupa o espaço do pátio central da escola, com espaço reduzido e muito próximo das salas de aula.



Foto 18 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

O espaço destinado ao laboratório de informática (Foto 19) é reduzido e apertado, e o laboratório de ciências (Fotos 20 e 21) funciona em ambiente isolado, com mobiliário obsoleto, não tendo sido utilizado para atividades pedagógicas em 2026. Constatou-se ainda necessidade de substituição de mobiliário e instalação de cortinas em diferentes ambientes da escola.



Foto 19 – Crédito: Luiz Rocha/ALMG



Fotos 20 e 21 – Crédito: Luiz Rocha/ALMG

A biblioteca dispõe de espaço amplo, bom acervo e é equipada com mesas de estudo, cadeiras e televisão (Fotos 22 e 23).



Fotos 22 e 23 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

O auditório da unidade (Foto 24) funciona em uma das salas de aula. Boa parte desse espaço estava ocupado com os livros didáticos que serão distribuídos aos estudantes.



Foto 24 – Crédito: Guilherme Bergamini/ALMG

A sala dos professores (Foto 25) dispõe de mobiliário e equipamentos em bom estado de conservação e conta com escaninhos individuais e computadores para uso dos docentes.



Foto 25 – Crédito: Luiz Rocha/ALMG

Segundo a diretora da unidade, as demandas de reforma vêm sendo comunicadas à Secretaria de Estado de Educação desde 2023. Conforme relatado, a escola foi visitada por representantes de quatro empresas interessadas no leilão, mas elas não apresentaram nenhum cronograma nem disseram o que seria realizado. A diretora informou ainda desconhecer a planilha de intervenções e os valores estimados para eventual reforma da unidade.

A escola recebeu recursos ordinários para manutenção e custeio, bem como de emendas parlamentares. Dados do Portal da Transparência MG consultados em abril de 2026 e consolidados na planilha que consta no Anexo III deste relatório, demonstram que entre 2019 e 2025 o aporte total recebido foi de R\$1.824.394,18, Desse montante, R\$132.500,22 foram destinados a obras, R\$442.215,19 para aquisição de mobiliário e equipamentos, R\$1.128.087,98 para manutenção, custeio e conservação; e R\$121.594,79 para conectividade.

Segundo a diretora, a escola enfrentava recorrentes episódios de vandalismo e depredação, situação que diminuiu após a implementação de projetos pedagógicos para fortalecer o vínculo dos estudantes com a escola, como reuniões entre a direção e representantes de turma e a implantação do Movimento Ecos, projeto de educação socioambiental desenvolvido em parceria com a Faculdade Dom Hélder Câmara.

A diretora também se queixou da redução no número de auxiliares de serviço lotadas na escola, que passou de 16 profissionais em 2025 para 12 em 2026, além de frequentes ausências de funcionários, fatores que, segundo ela, comprometem o adequado funcionamento da unidade.

Apesar das limitações de infraestrutura, observou-se, logo na entrada da escola, um painel com os nomes dos estudantes aprovados em processos seletivos de diversas instituições de ensino superior (Foto 26). Em 2026, a unidade registrou 35 aprovações em cursos de graduação, resultado que constitui um indicativo da qualidade da oferta educacional.

A redução da taxa de abandono escolar também evidencia o bom desempenho da equipe pedagógica na promoção da permanência dos estudantes ao longo de sua trajetória escolar. No ensino médio, essa taxa diminuiu de 3,3% em 2023 para 3% em 2025.



Foto 26 – Crédito: Luiz Rocha/ALMG

A deputada Beatriz Cerqueira considerou preocupante o fato de empresas privadas estarem visitando as escolas sem que haja clareza quanto aos critérios utilizados para definição das intervenções e afirmou que o processo parece transferir a avaliação das necessidades estruturais das unidades escolares, que seria função do Estado, para agentes privados.

As visitas evidenciaram significativa desigualdade estrutural entre escolas localizadas em regiões próximas, indicando ausência de planejamento sistêmico para enfrentamento dos problemas de infraestrutura da rede estadual. Nesse contexto, apontou-se que a insuficiência histórica de investimentos públicos em determinadas unidades acaba sendo utilizada como justificativa para inserção dessas escolas no projeto de PPP.

Conclusão

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia concluiu que a finalidade das visitas foi devidamente cumprida, uma vez que foi possível verificar, em duas das escolas selecionadas para integrar o projeto de PPP para a rede estadual, as características físicas dos prédios escolares, suas condições de infraestrutura, a dinâmica da oferta educacional e o clima organizacional das instituições.

A visita à Escola Estadual Deputado Ilacir Pereira Lima revelou que a unidade apresenta boa estrutura física, investimentos recentes e gestão pautada pela participação da comunidade escolar nas decisões relacionadas ao espaço educativo. Constatou-se preocupação de que a transferência da gestão de obras e serviços a ente privado possa comprometer a autonomia da instituição e enfraquecer mecanismos de gestão democrática já consolidados. Com relação à Escola Estadual Flávio dos Santos, constatou-se a necessidade urgente de realização de obras de reforma e manutenção e a ausência de resposta efetiva da Secretaria de Estado de Educação aos pedidos de intervenção estrutural encaminhados pela direção da unidade desde 2023.

No que se refere especificamente ao projeto de parceria público-privada, as manifestações colhidas durante as visitas indicam que a modelagem proposta pode ser arriscada, em razão de: falta de transparência quanto aos critérios de seleção das escolas integrantes do projeto e de distribuição dos investimentos; indefinição acerca das intervenções previstas; e falta de clareza sobre o funcionamento do modelo de participação do poder público e da iniciativa privada na gestão das unidades escolares. A insegurança

quanto ao projeto decorre do entendimento de que todos os aspectos do cotidiano escolar – inclusive a gestão do espaço físico – podem influenciar diretamente a experiência de ensino-aprendizagem.

Também há preocupação quanto à permanência dos servidores públicos da educação em seus postos de trabalho, bem como em relação à cobertura da assistência à saúde.

Ademais, não se estabeleceu adequadamente diálogo sobre o processo de leilão com os gestores das unidades escolares selecionadas, circunstância que gera insegurança e dificulta o planejamento das atividades escolares.

No entendimento da comissão, o modelo da PPP pode contribuir para o aprofundamento de desigualdades entre as unidades da rede estadual de educação, tendo em vista a falta de uma atuação global e sistemática da Secretaria de Estado de Educação para garantia e manutenção de um padrão mínimo de qualidade dos prédios escolares no Estado. A demora da Secretaria de Estado de Educação em dar retorno sobre as solicitações das escolas estaduais a respeito das reformas demonstra uma decisão política de não resolver os problemas de infraestrutura apresentados pelas escolas.

Este relatório contém três anexos. O Anexo I apresenta os projetos desenvolvidos pela gestão da Escola Estadual Deputado Ilacir Pereira Lima e seus respectivos desdobramentos, de 2023 até o momento. Os Anexos II e III contêm planilhas elaboradas pelo mandato da deputada Beatriz Cerqueira, com dados sobre os recursos destinados às caixas escolares das unidades visitadas: o Anexo II refere-se à Escola Estadual Deputado Ilacir Pereira Lima e o Anexo III, à Escola Estadual Flávio dos Santos.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2026.

Beatriz Cerqueira, relatora.

– Os anexos a que se refere o relatório de visita podem ser acessados por meio do *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/615/438/2615438.pdf>



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/7/2026, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Anderson Martins dos Santos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Andreлина Casaverde Sampaio, padrão VL-39, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Antonio Balsa Coelho Neto, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Bianca Lago de Almeida, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Carlos Alberto Gomes Filho, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Danúbia dos Santos Pereira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Evandro Felisberto dos Reis, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Gabriel Soares Gitirana Porto, padrão VL-38, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Isabella Campanha de Souza, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando João Batista Mateus de Moraes, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Juliana Barbosa Sales Caixeta, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;
exonerando Leonardo Augusto Lopes Silva, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando, a partir de 27/7/2026, Luiz Otávio Gonçalves Costa Júnior, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Lud Falcão;

exonerando Maria do Carmo Silva Vidigal Viana, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Nilton Aparecido Militão, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Otavio Pires de Miranda, padrão VL-37, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Paulo André Nunes, padrão VL-44, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Pedro Rodrigo da Silva, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Ricardo Matile, padrão VL-12, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Rodrigo Silva Nascimento, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Sabrina Cristina Borel Vieira, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Sebastião Carlos Sevidanes, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Victor Hugo Teles Neves, padrão VL-43, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

exonerando Vinícius Superbi Lemos, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro;

nomeando Anderson Martins dos Santos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Andreлина Casaverde Sampaio, padrão VL-39, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Antonio Balsa Coelho Neto, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Bianca Lago de Almeida, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Carlos Alberto Gomes Filho, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Danúbia dos Santos Pereira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Evandro Felisberto dos Reis, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Gabriel Soares Gitirana Porto, padrão VL-38, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Isabella Campanha de Souza, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando João Batista Mateus de Moraes, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Juliana Barbosa Sales Caixeta, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Leonardo Augusto Lopes Silva, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Maria do Carmo Silva Vidigal Viana, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Nilton Aparecido Militão, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Otavio Pires de Miranda, padrão VL-37, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Paulo André Nunes, padrão VL-44, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Pedro Rodrigo da Silva, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Ricardo Matile, padrão VL-12, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Rodrigo Silva Nascimento, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Sabrina Cristina Borel Vieira, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Sebastião Carlos Sevidanes, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Victor Hugo Teles Neves, padrão VL-43, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Vinícius Superbi Lemos, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier.

AVISO DE EXTINÇÃO UNILATERAL DE CONTRATO

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em especial da que lhe confere o art. 33, VIII, da Deliberação da Mesa nº 2.802, de 21/9/2022, decidiu, em sua reunião de 24/7/2026, declarar extinto, unilateralmente, o Contrato nº 27/2025, com fundamento nos arts. 137, I e II, e 138, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

TERMO DE APOSTILA Nº 29/2026

Órgão Gerenciador: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Beneficiária: Criativa Soluções para Construção Ltda. Objeto: registro de preços para aquisição de materiais de pintura, referente aos lotes 1 e 4 do edital do certame. Objeto do aditamento: reajuste de preço. Vigência: de 16/1/2026 a 25/3/2027.